

# Na economia, prejuízos estruturais

*Congresso deixa de votar projetos que dariam ao País garantia de maior competitividade*

SIMONE CAVALCANTE  
SANDRA NASCIMENTO  
SÃO PAULO

Mais do que o impacto momentâneo da queda do otimismo dos consumidores e da retração dos investimentos por parte do setor produtivo no terceiro trimestre de 2005, auge dos eventos ligados ao mensalão, os reflexos negativos da crise política sobre a economia brasileira estão ainda por vir. Tomado pelos escândalos, o Congresso Nacional interrompeu a aprovação de projetos da agenda microeconômica, importantes para melhorar aspectos estruturais que dão ao País a garantia de maior competitividade econômica.

“Por causa da crise, não foram aprovadas reformas que, mesmo pequenas, são importantes para o desempenho da economia daqui para frente”, diz Regina Nunes, presidente da **Standard & Poor's** no Brasil. Segundo a executiva, o País perdeu, mais uma vez, a chance de melhorar aspectos estruturais. Principalmente em um momento no qual a cena externa estava favorável e muitos indicadores domésticos também. “Perdemos dois anos: 2005, pela crise, e 2006, pelas eleições”.

Entre os projetos que fazem parte da agenda microeconômica que o Executivo encaminhou ao Parlamento no ano passado, estão as novas regras para o resseguro, a regulamentação de banco de dados de proteção ao crédito e o novo formato do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrên-

cia, são exemplos de medidas que já poderiam estar surtindo efeito positivo na economia.

Mesmo diante dessas implicações, a agência de classificação de risco considerou que os fundamentos da economia brasileira estavam fortes o suficiente para colocar o Brasil sob perspectiva positiva, em outubro do ano passado, elevando o rating em moeda local para BB+ em fevereiro deste ano — a um degrau do almejado grau de investimento. Regina ressalta que 2005 mostrou que, a despeito dos problemas políticos e o conseqüente atraso na aprovação das medidas, a política está, cada vez mais, se distanciando da economia.

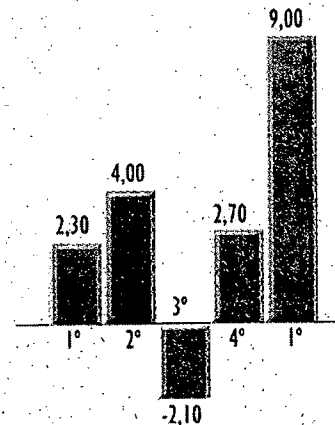
Mais enfático a respeito do reflexo da crise naquele período, Alex Agostini, economista-chefe da **Austin Rating**, diz acreditar que os eventos geraram incertezas no empresariado sobre quem

**Com o tempo, veio a certeza de que os efeitos políticos não contaminariam as decisões da equipe econômica**

mais os escândalos poderiam atingir e, principalmente, se os rumos da política econômica mudariam. “A crise de confiança gerou maior cautela e o principal indicativo disso são os investimentos medidos pela Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) que ficaram negativos em 2,1% no terceiro trimestre do ano”, afirma ele, lembrando que foi um efeito momentâneo recuperado no quarto trimestre, quando a

## FORMAÇÃO BRUTA DO CAPITAL FIXO

(Variação no trimestre - em %)



Fontes: IBGE e Centro de Informações da Gazeta Mercantil

FBCF cresceu 2,7%. “Foi virando pizza e houve a certeza de que os efeitos políticos não contaminariam as decisões da equipe econômica”, diz.

À época, em declaração a esse jornal, o diretor geral do **SAS Institute** para a região sul da América Latina, Milton Isidro, afirmou que a crise realmente paralisou investimentos que estavam prontos para acontecer e que o crescimento entre julho e setembro seria de 35% sobre o mesmo período de 2005; a expectativa era de 55% no período.

## CONFIANÇA NA GANGORRA

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) divulgado mensalmente pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio) desde janeiro de 2004, registrou, em setembro do ano passado, a maior queda percentual de um mês em relação ao anterior (-13,2%) e chegou, e, outubro, ao piso histórico de

108,44 pontos. Na avaliação da diretora da assessoria econômica da Fecomércio, Fernanda Della Rosa, a análise da série histórica mostra claramente o impacto inicial das denúncias contra o Congresso nos meses de junho a outubro, quando a queda acumulada no período, em relação a maio do mesmo ano, chega a 19%. Com o passar do tempo e a manutenção da estabilidade econômica, a percepção do consumidor foi melhorado, diz Fernanda, com base nos números da pesquisa: em novembro houve uma alta de 7,9% em relação ao mês anterior, para 117 pontos e, a partir daí, manteve-se acima dos 130 pontos. Em maio último ficou em 138,70.

O presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), Claudio Vaz, tem uma visão diferente. “Na minha análise não houve conexão direta entre o mensalão e a queda do PIB no terceiro trimestre”, disse ele, acrescentando ser a retração econômica do período resultado de “medidas conservadoras tomadas pelo governo no primeiro semestre, “por medo da inflação”, entre elas o arrocho fiscal, com um superávit primário que chegou de 6% no início do ano; juros altos e câmbio desfavorável. “Essas medidas não foram motivadas pela crise política”.

Nem mesmo a troca de Antonio Palocci por Guido Mantega no Ministério da Fazenda causou turbulências na economia. Palocci, até então o ministro forte do governo Lula, deixou o cargo em março em meio a denúncias de corrupção durante sua gestão na prefeitura de Ribeirão Preto.

(Ver mais na página A-11)